



LINGUAGEM

CIDADÃ



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

CONCEITO



Linguagem Cidadã é uma forma de comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva.

Uma comunicação é simples se o público-alvo consegue entender de forma fácil e rápida, sem precisar reler o texto ou pedir para outra pessoa repetir a mesma mensagem.

Um produto tem uma linguagem simples quando apresenta ideias, palavras, frases e estrutura de forma organizada para que a pessoa possa:

1. Encontrar facilmente o que procura;
2. Compreender o que encontrou;
3. Usar a informação.

A informação em linguagem simples pode constar em um folheto, uma página na internet, em um vídeo tutorial, em um áudio ou em um formulário.

Atenção! Não é uma linguagem informal. É possível escrever de forma simples e acessível seguindo as normas da Língua Portuguesa.

OBJETIVO

Produzir conteúdos com uma linguagem inclusiva e compreensível a pessoas de todas as classes sociais e níveis de instrução.

ORIGEM

O movimento surgiu nos anos 40 na Inglaterra e nos Estados Unidos (onde é chamada *plain language*) e hoje mais de dez países possuem iniciativas de Linguagem Simples no setor público.

NO SERVIÇO PÚBLICO

O Estado brasileiro é formado, principalmente, por pessoas relacionadas ao contexto jurídico. Assim, o funcionamento do Estado, leis e regras foram pensados a partir do Direito, e claro, de sua linguagem. Essa é uma das razões pelas quais os termos e palavras do jargão jurídico são o padrão da Administração Pública, apesar de serem difíceis para a maioria das pessoas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a idéia de políticas universais, indicando a necessidade de o governo pensar mais na forma como presta os serviços e como se comunica com a população, para que esses serviços realmente cheguem até todas as pessoas.

Quando o Estado usa uma linguagem burocrática ou jurídica afasta a população do poder público e dificulta o acesso a serviços e direitos, contrariando o princípio constitucional da legalidade.

A Justiça mostra-se presente no cotidiano ao avisar as pessoas sobre seus direitos e mudanças nas leis, lembrá-las de seus deveres e prestar contas de seus atos ou divulgar cam-

panhas. Para assegurar uma comunicação mais democrática é importante utilizar uma linguagem que as pessoas compreendam.

Para isso, importa considerar, entre outros fatores, o perfil social e os diferentes níveis de inclusão digital e alfabetização.

Cerca de 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, ou seja, têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano.

*Dados de 2018 do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf Brasil): ipm.org.br/relatorios

NORMATIZAÇÃO



Algumas normas sobre o uso da Linguagem Simples, seja no atendimento à cidadã e ao cidadão, no uso de dados públicos ou na promoção da inclusão e da acessibilidade, estão sendo discutidas ou já foram implementadas. Confira:

Projeto de lei nº 6.256/2019 – institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Resolução CNJ nº 376/2021 – institui o emprego da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações.

Constituição da República, art. 5º, caput: princípio da igualdade de direitos; e Art. 37, caput: princípio da legalidade.

Lei nº 12.527/ 2011 – Lei de Acesso à Informação, art. 5º: garante o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, art. 6º, incisos V e VI: garante, aos titulares, de exatidão e clareza no tratamento de dados pessoais.

Lei nº 13.460/2017 – Lei Nacional de Defesa do usuário dos serviços públicos.

Lei nº 17.316/2020 – institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da administração direta e indireta da cidade de São Paulo.

Decreto nº 59.067/2019 – institui o Programa Municipal de Linguagem Simples no âmbito da Administração Pública Municipal da cidade de São Paulo.

Lei nº 14.484/2014 – Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual do Rio Grande do Sul.

Plain Writing Act – Lei de Escrita Fácil dos Estados Unidos: obriga o uso de linguagem simples em documentos públicos sobre benefícios, direitos e cobrança de impostos.

*Clique na norma para acessar o site

O QUE VOCÊ PODE FAZER?

Técnicas de Linguagem Simples

#1 Hierarquia

As informações mais importantes devem aparecer no primeiro parágrafo. Em seguida, os detalhes. É o chamado estilo da pirâmide invertida utilizado nos textos jornalísticos.

#2 Vocabulário

A linguagem é o principal meio de reprodução de nossos discursos e afeta diretamente a percepção da realidade.

Componha o texto com palavras mais usuais, do cotidiano das pessoas. Evite termos técnicos, jargões, siglas e abreviaturas. A menos que venham acompanhados de explicações.

Não use termos pejorativos, discriminatórios, palavras estrangeiras ou sexistas. Para que a mulher esteja representada, utilize as palavras neutras, nos dois gêneros ou o plural indefinido (ex.: “pessoas idosas” no

lugar de “idosos”).

Use verbos que expressam ação direta para não deixar dúvidas sobre qual ação se espera do público-alvo (ex.: troque “identificação” por “identifique” ou “faça a solicitação” por “solicite”).

#3 Clareza

A frase mais fácil de ler é curta, objetiva e direta (sujeito > verbo > predicado). Diretrizes internacionais de Linguagem Simples sugerem frases escritas com até 20 palavras.

Uma frase breve e sem informações intercaladas tem mais chance de evitar ambiguidades e ser compreendida na primeira leitura.

#4 Objetividade

Corte palavras desnecessárias para não abusar do tempo da pessoa que precisa se informar.

#5 Design

Um texto comunica (e convida) de modo mais eficiente se a escrita for combinada com o design. Espaçamentos, fontes e tamanhos adequados, disposição em tópicos, com marcadores, títulos destacados, ícones e imagens ajudam a reforçar a mensagem.

Organize o texto considerando o meio onde será veiculado (impresso ou digital) e para quem se dirige.

#6 Empatia e acessibilidade

Revise! O texto deve ser compreendido por todas as pessoas. Uma redação clara e objetiva contribui para aumentar a acessibilidade.

Escrita Simples em 5 Passos

1. Pense no documento. Qual o motivo pelo qual ele foi escrito? Quais resultados quer produzir? Quais são as informações principais?
2. Pense no público-alvo do documento. Quem são as pessoas que precisam ler o documento ou vão ter acesso a ele? O que as pessoas já sabem sobre

o assunto? O que as pessoas precisam saber? Quais dúvidas têm?

3. Aplique dez orientações de escrita em Linguagem Simples.

- I. Pensar no público-alvo.
- II. Usar a estrutura básica de um texto.
- III. Usar títulos e subtítulos.
- IV. Usar palavras simples.
- V. Usar frases curtas.
- VI. Separar as informações com parágrafos.
- VII. Evitar o uso de palavras desnecessárias.
- VIII. Usar a voz ativa.
- IX. Usar um tom e linguagem adequados.
- X. Usar auxiliares visuais.

4. Faça um teste com o público-alvo do documento, para saber se a linguagem utilizada faz sentido para a leitora e o leitor.

5. Revise o documento a partir das impressões do público-alvo. Então você chegará a uma versão final simplificada.

EXEMPLOS PRÁTICOS

Texto Original

Linguagem Simples

É preciso entregar uma manifestação escrita a próprio punho declarando seu endereço de residência domiciliar.

Você pode entregar uma declaração de residência escrita à mão.

A entidade chegou a peticionar contra a operação.

A entidade chegou a entrar com uma ação judicial contra a operação.

O CNJ enviou a demanda de informações à SECTI.

O Conselho Nacional de Justiça pediu as informações à Secretaria de Tecnologia da Informação.

O processo deve ser realizado por alguém que possua expertise no tema.

O processo deve ser realizado por alguém que seja especialista no tema.

Este é um direito básico que deve ser garantido a todo cidadão.

Este é um direito básico que deve ser garantido a toda cidadã e cidadão.

Concomitantemente; Outrossim; Subsidiariamente.

Ao mesmo tempo; Também; De forma secundária.

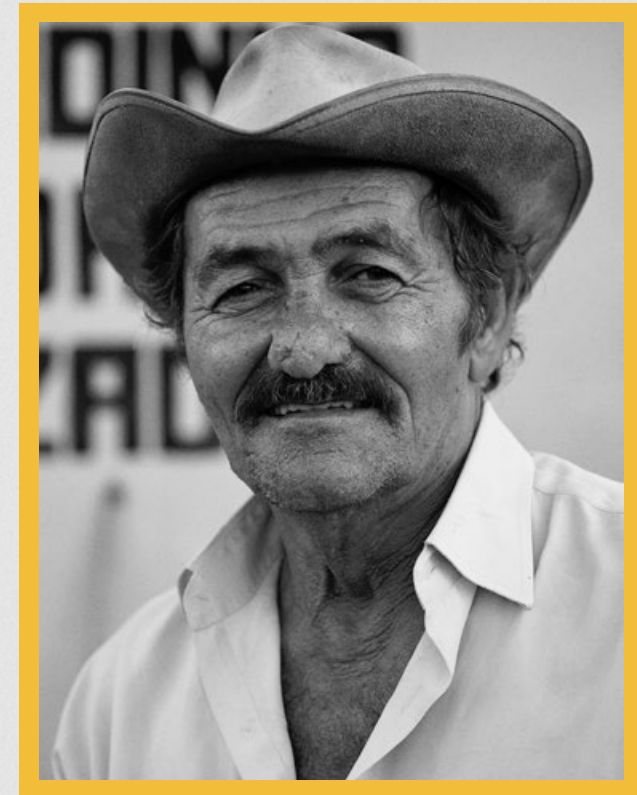
Os requerimentos essenciais para a realização da conferência foram entregues pela coordenadora.

A coordenadora entregou os requerimentos essenciais para a realização da conferência.

Você vai precisar do seu documento de identificação e comprovante de residência.

Você vai precisar de:

- documento de identificação
- comprovante de residência



REPENSE SEU VOCABULÁRIO



“A mudança não acontecerá se nós esperarmos por outra pessoa ou se esperarmos por algum outro momento. Nós somos as pessoas pelas quais esperávamos. Nós somos a mudança que buscamos.”

Barack Obama

FLEXÃO DE GÊNERO

| Linguagem Excludente | Linguagem Inclusiva | Linguagem Excludente | Linguagem Inclusiva |
|---|--|--|--|
| Prezados Senhores | Prezadas (os) Senhoras (es) Prezadas Senhoras e Prezados Senhores | Dispõe sobre a contratação, em caráter emergencial, de servidores para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Superintendência dos Serviços, sendo quinze médicos . | Dispõe sobre a contratação, em caráter emergencial, de servidoras e servidores para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Superintendência dos Serviços, sendo quinze profissionais da medicina . |
| Muitos eleitores têm dúvida se votarão ou não. | Muitas pessoas têm dúvida se votarão ou não. A maioria duvida se votará ou não. | As contratações de que trata esta Lei terão vigência de um ano, prorrogáveis por igual período, a contar da data de admissão do contratado , extinguindo-se à medida que forem sendo efetuadas as nomeações de servidores para as mesmas especialidades, decorrentes de aprovação em concurso público específico para provimento dos cargos correspondentes. | As contratações de que trata esta Lei terão vigência de um ano, prorrogáveis por igual período, a contar da data de admissão da pessoa contratada , extinguindo-se à medida que forem sendo efetuadas as nomeações de servidores e servidoras para as mesmas especialidades, decorrentes de aprovação em concurso público específico para provimento dos cargos correspondentes. |
| Os eleitores devem se dirigir à cabine de votação. | O eleitorado deve se dirigir à cabine de votação. | Solicito a indicação de um representante titular do Tribunal e de um suplente para integrar o Grupo de Trabalho que tem como finalidade organizar as comemorações dos 90 anos da Justiça Eleitoral. | Solicito a indicação de uma representação titular do Tribunal e respectiva suplência para integrar o Grupo de Trabalho que tem como finalidade organizar as comemorações dos 90 anos da Justiça Eleitoral. |
| Os eleitores não devem deixar para a última hora a regularização do título. | Não se deve deixar para a última hora a regularização do título. | | |
| Os mesários não podem rasurar o caderno de votação. | É proibido rasurar o caderno de votação. | | |
| Os paranaenses têm um bom nível de escolaridade. | O nível de escolaridade é bom no Paraná. | | |
| Aquele que não votar em três eleições consecutivas terá o título cancelado. | Quem não votar em três eleições consecutivas terá o título cancelado. | | |
| Os maiores de 18 anos devem se alistar. | As pessoas maiores de 18 anos devem se alistar. | | |
| Os deputados estão buscando soluções. | O Congresso está buscando soluções. | | |

Em documentos abertos

1. Se não sabemos a quem se dirige:

- À Chefia do serviço
- À Direção do serviço
- À Assessoria do Departamento
- À Secretaria do Tribunal
- À Coordenação

2. Se soubermos a quem nos dirigimos:

- À coordenadora da área, Denise Santos.

3. Tratando-se de uma mulher, o cargo sempre deve ser colocado no feminino.

- A juíza auxiliar da presidência, doutora Andrea de Paula, convida todas as eleitoras e eleitores do município a participar da simulação.

| Não Utilizar | Utilizar | ou Ainda |
|-------------------|-------------|---|
| O solicitante | Solicitante | Assinatura de quem solicita |
| O abaixo assinado | Assina | Assinatura de quem assina ou subscreve |
| O comparecente | Comparece | Assinatura de quem comparece |
| O denunciante | Denúncia | Assinatura de quem denuncia: Senhora ou Senhor |

PALAVRAS E EXPRESSÕES RACISTAS

- “Cor de pele”: A expressão ficou conhecida para descrever a cor rosa-claro, em referência à pele de pessoas brancas. Porém, como já é sabido, não existe apenas uma cor de pele, vivemos em uma sociedade mista e plural. Você pode dizer: “**rosa-claro**” ou “**bege**”.

- “Denegrir”: Tem como real significado “tornar negro”, “escurecer”. É usado para difamar ou acusar injustiça, de forma pejorativa, por isso usar esta palavra é uma escolha racista. Que tal usar “**difamar**”?

- “Doméstica”: Domésticas eram as mulheres negras que trabalhavam dentro da casa das famílias brancas e eram consideradas domesticadas. Você pode dizer “**empregada**”, “**funcionária**”.

- “Humor negro”: Termo usado para descrever um tipo de humor ácido e com piadas de mau gosto com temas mórbidos, sérios ou tabus com tom

politicamente incorreto. Você pode usar: “**humor ácido**”.

- “Lista negra”: Usada para descrever pessoas que, por alguma razão negativa, estão excluídas de certos grupos, ou ainda uma pessoa que está sendo perseguida. Mais uma vez a palavra “negra” é usada como algo negativo. Diga: “**lista proibida**” ou “**restrita**”.

- “Mercado negro”: Termo usado para se referir a um sistema de compras e vendas clandestino, ilegal. Substitua por: “**mercado clandestino**”.

- “Mulato”: A palavra significa literalmente mula, a cruz de um asno macho com uma égua. O termo surge na época da escravidão, quando muitas mulheres escravizadas eram violentadas por “seus senhores” e tinham filhos que eram chamados de mulatos. Substitua por: “**parda (o)**” ou “**mestiça (o)**”.

ACESSIBILIDADE

- “Aleijado”: Assim como defeituoso, incapacitado e inválido, trata-se de termo pejorativo usado com frequência até a década de 80 e atualmente em desuso. A expressão correta é **“pessoa com deficiência”**.
- “Ceguinho”: O diminutivo denota que não se trata de uma pessoa completa. O mesmo vale para “mudinho”. Termos corretos: **“cego”, “pessoa cega”, “pessoa com deficiência visual”, “surdo”, “pessoa surda”, “pessoa com deficiência auditiva”**.
- “Deficiente”: Coloca a condição acima da pessoa. Também não deve ser usado “especial” ou “portador de deficiência”. Use: **“pessoa com deficiência”**.
- “Deficiente mental”: Os termos corretos são **“pessoa com doença mental”, “pessoa com transtorno mental”** ou **“paciente psiquiátrico”**.
- “Excepcional”: Termo utilizado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar pessoas deficientes mentais. O correto é: **“pessoa/criança/adulto com deficiência mental”**.
- “Normal”: Somos todos normais! Use: **“pessoa/criança/adulto sem deficiência”**.
- “Surdinho” ou “surdo-mudo”: O diminutivo denota que não se trata de uma pessoa completa. Já a palavra “mudo” não corresponde à realidade da pessoa. A rigor, diferencia-se entre deficiência auditiva parcial (quando há resíduo auditivo) e surdez (quando a deficiência auditiva é total). Evite usar a expressão o deficiente auditivo. Termos corretos: **“surdo”, “pessoa surda”, “pessoa com deficiência auditiva”**.



ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO



“GLS”: é uma sigla que se popularizou por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e as “lésbicas”, mas também “simpatizantes”. A sigla é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Use “**LGBTI+**”, que significa:

L, de lésbica: mulher que é atraída afetiva e (ou) sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero.

G, de gay: pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e (ou) relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.

B, de bissexual: pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros.

T, de transgênero: terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade, não se identificando com os gêneros masculino ou feminino atribuídos no

nascimento com base nos órgãos sexuais (inclui travestis e transexuais). Use transgênero ou pessoas trans.

I, de intersexual: pessoa que nasce com uma variação na anatomia reprodutiva ou sexual ou tem um padrão de cromossomos que não se encaixa como sendo tipicamente masculino ou feminino.

+: o símbolo + representa as outras identidades e expressões de gênero e as outras orientações sexuais.

COMPARTILHE



Quanto mais pessoas conhecerem e usarem uma linguagem simples e inclusiva, mais rápido as mudanças serão visíveis.

Você pode relacionar conteúdos sobre o tema nas redes sociais com as hashtags: *#LinguagemSimples #PlainLanguage #Cidadania #ComunicaçãoPública*

CRÉDITOS

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Presidente: Desembargador Tito Campos de Paula

Diretor-Geral: Doutor Valcir Mombach

Compilação de conteúdo: Melissa Diniz Medroni - Seção de Produção Jornalística

Diagramação: Thiago Miquelleto Tolotti - Seção de Design Visual

Supervisão gráfica: Simone Hembecker - Seção de Design Visual

Coordenação: Rubiane Barros Barbosa Kreuz - Coordenadoria de Comunicação Social

Essa obra está sob licença Creative Commons BY-NC-ND, o que quer dizer que você pode compartilhar, distribuir e transmitir a obra contanto que: atribua a autoria original, não a utilize para fins comerciais e não altere, transforme ou crie em cima do trabalho original.



BIBLIOGRAFIA

(011) lab – Laboratório de Inovação em Governo da Prefeitura de São Paulo. Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público. Junho, 2020. Disponível em: repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6181/1/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Pu%CC%81blico.pdf

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Gespública Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização: fugindo do “burocratês”: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público. 2016. Disponível em: bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/610/1/linguagem_cidada_-_versao_final_web.pdf

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Glossário de Acessibilidade. Disponível em: www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html

CEARÁ, Íris - Laboratório de Inovação e Dados do Governo. Fortaleza, 2020. Disponível em: iris-labgov.medium.com/linguagem-simples-sa%C3%BAde-p%C3%BAbli-ca-e-cidadania-e35e5fe613b6

COLOMBIA. Guia de Lenguaje Claro para Servidores Públicos de Colombia. Bogotá, 2015. Disponível em: www.portaltributariodecolombia.com/wp-content/uploads/2015/07/portaItributariodecolombia_guia-de-lenguaje-claro-para-servidores-publicos.pdf

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Instrução Normativa 01 da Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União: Manual para ouvidores federais. Brasília, 2015. Disponível em: www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/legislacao/instrucao-normativa/manual-instrucao-normativa.pdf

CURITIBA. Cartilha dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2018. Disponível em: www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cartilha-2018/154#.YFtsHntv_VI

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ. Cartilha de Linguagem Inclusiva. Disponível em: www.edepar.pr.def.br/arquivos/File/Cartilha_LINGUAGEM_INCLUSIVA.pdf

FISCHER, André. Manual Prático de Linguagem Inclusiva: uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias se-

mânticas. São Paulo, 2020. Disponível em: irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/mpli1_2.pdf

FISCHER, Heloísa. Clareza em textos e-gov, uma questão de cidadania. Com Clareza: Rio de Janeiro, 2018.

MENDONÇA, Ana Carla; CATARINA, Danie-la Olinda; OLIVEIRA, Raphaela Teles. Cartilha Princípios de uma Linguagem Cidadã e Manual de boas práticas de redação da Carta de Serviços da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3_colocado_grupo_1539290157.pdf

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende. 2014. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf

SÃO PAULO E O REINO UNIDO, Governo do Estado. Orientações para adoção de linguagem clara. São Paulo, 2016. Dispo-

nível em: www.governoaberto.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/orientacoes_para_adocao_linguagem_clara_ptBR.pdf

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Org.) Mídia e Deficiência. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165.

SENADO FEDERAL. Manual de Comunicação da Secom em Linguagem Inclusiva. Disponível em: www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/linguagem-inclusiva

SISTEMA FECOMÉRCIO-RS/SESC/SE-NAC. Vamos repensar nosso vocabulário? Programa de Diversidade. Novembro, 2020. Disponível em: www.sesc-rs.com.br/noticias/programa-de-diversidade-do-sistema-fecomercio-rssescsenac-lanca-cartilha-sobre-expressoes-racistas/

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Justiça e Cidadania O racismo sutil por trás das palavras. Brasília, 2020. Disponível em bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1188

_____. Como melhorar o texto do seu serviço (linguagem simples). Disponível em: www.gov.br/pt-br/guia-de-edicao-de-servicos-do-gov.br/escrevendo-pa-ra-o-seu-usuario

_____. Programa municipal em linguagem simples. Disponível em: www.linguagem-simples.prefeitura.sp.gov.br/projetos

_____. Plain Language Association International (PLAIN). Disponível em: plainlanguage.org/